



## A EDUCAÇÃO ARTICULADA A INTERESSES MERCADOLÓGICOS: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Bárbara Strelhow<sup>1</sup>

Ana Luiza Meneghini De Angeli<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é discorrer sobre a reforma educacional implementada no Brasil a partir do avanço de políticas neoliberais. Para isso, utilizamos da abordagem bibliográfica através da análise exploratória de artigos desenvolvidos sobre a Lei nº13.145/2017, a qual implementa o novo modelo educacional nas escolas de Ensino Médio. Considerando conceitos como estado e currículo e partindo de teorias sobre uma pedagogia crítica foi possível concluir como esse novo modelo de sistema educacional observa o aluno enquanto indivíduo à margem do mercado de trabalho, proporcionando, assim, que a escola seja reduzidamente um espaço de investimento em mão de obra.

**Palavras-chave:** Reforma do ensino médio. Novo Ensino Médio. Neoliberalismo. Currículo

### INTRODUÇÃO

A política de Estado implementada no Brasil a partir da década de 1990 provocou profundas mudanças em todo o âmbito social com a adoção do neoliberalismo. A expansão desse modelo econômico passou a definir toda a esfera social, causando significativas alterações na sociedade. Esse processo foi herdado de concepções liberalistas e conservadoras que, ao longo dos séculos, foram se aperfeiçoando e introduzindo a lógica do mercado nas relações. Segundo Moraes (2001), no artigo ‘Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?’, o neoliberalismo pode ser entendido como uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento.

Com a reforma do Estado, faz-se necessário rever o padrão de administração dos sistemas educacionais. O principal objetivo político, nesse modelo socioeconômico é transformar a escola em uma máquina eficiente a serviço da competitividade econômica; essa lógica foi criada para melhorar o ‘desempenho’ do professor e fazê-lo servir aos objetivos econômicos e sociais da escola. O critério de avaliação agora é medido pela ‘produtividade’ pedagógica. A

---

<sup>1</sup> Licencianda em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, [barbarastrelhow@gmail.com](mailto:barbarastrelhow@gmail.com)

<sup>2</sup> Licencianda em Pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, [meneghinianaluiza011@gmail.com](mailto:meneghinianaluiza011@gmail.com)



administração escolar, interessada em racionalizar mais profundamente o ensino, toma de empréstimo soluções da gestão privada, alegando que, desse modo, a escola se adapta melhor à ‘demanda social’.

Como discentes do curso de licenciatura em pedagogia do Instituto Federal do Espírito Santo, a partir das aulas de Metodologia da Gestão Escolar ministradas pela Prof. Michele Pazolini, refletimos sobre a ação da escola como uma fonte de investimento para os grandes empresários, a partir de suas individualidades. Dessa forma, indagamos de que modo o currículo escolar, a partir do ano de 2017, tornou-se reflexo de demandas neoliberais ao projetar uma formação que valoriza a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Sendo assim, estruturamos a seguinte problematização como norteadora desta investigação científica: no atual Estado brasileiro, quem se beneficia com o novo modelo de currículo do Ensino Médio?

Nesse artigo, firmaremos a relação do Estado com as políticas públicas de governo neoconservadores, através da análise exploratória de artigos desenvolvidos sobre a Lei nº13.145/2017, a qual implementa o novo modelo educacional nas escolas de Ensino Médio. Diante disso, foram observadas duas hipóteses, sendo elas: - o aluno que está inserido nesse modelo ingressa com mais facilidade no mercado de trabalho e - como os empresários utilizam da educação como um meio de se beneficiar através da alienação desses alunos.

Recorremos à base de dados Sciello e a partir da busca pelo descritor “Reforma do Ensino Médio”, foram encontrados 27 resultados de artigos publicados; desses, filtramos 8 artigos para a realização da nossa pesquisa. Os critérios de escolha foram estabelecidos a partir da análise dos resumos, sendo escolhidos aqueles que apresentavam a ideia conceitual do currículo e suas modificações. Além disso, selecionamos como fonte bibliográfica a revista “Em discussão o Ensino Médio Integrado e a Educação Profissional”, publicada no ano de 2010, pelo Instituto Federal do Espírito Santo e organizada por Carlos Roberto Pires Campos, com o intuito de mostrar como a educação sofre transformações ao longo do tempo, tendo como resultado a diversificação das modalidades de ensino etc. Nesta revista, foram publicados 19 artigos, dentre os quais escolhemos 5 que apresentaram ideias conceituais mais pertinentes à noção de currículo.

A partir dos artigos publicados, diversos conceitos significativos para desenvolver este artigo foram apropriados, tanto para explorar a definição de Estado, assim como para as contradições presentes no atual Currículo do Ensino Médio e, ainda, para a carência de matérias essenciais à formação da consciência crítica do discente, conforme analisa Simões (2010).

As mudanças inseridas por essas novas implementações desdobram-se na reforma do ensino médio e atingem não somente a organização curricular do curso ou a estrutura das escolas, mas também têm implicações na vida dos professores e, sobretudo, no cotidiano e no futuro dos alunos (SIMÕES, 2010 p.112).

Nessa perspectiva, trataremos como esse tema possui uma relevância social significativa a partir dos conceitos de Estado e Currículo Escolar. A partir de pesquisas sobre esse tema, pretendemos contribuir com reflexões acerca da superação do modelo gerencialista imposto no ambiente educacional.

## **CONCEITO DE ESTADO**

Para compreendermos melhor o conceito de Estado, sobretudo a partir da perspectiva democrática - atual visão política que estrutura nossa organização legal -, utilizamos as ideias de Karl Marx, que esteve preocupado com a sociedade em que vivia em sua época. No final do século XVIII e no início do século XIX, novos problemas políticos e sociais ocorreram na Europa. Com a transição do Feudalismo para o Capitalismo, ocorreram grandes transformações, como o crescimento da burguesia moderna e da produção social, no sentido da expansão mercantilista. Através disso, houve o aumento do proletariado urbano e o reaparecimento das lutas entre as classes sociais, sociedade essa que se desenvolvia a partir de movimentos que expandiram a classe empresarial. Quanto a isso, Marx (1998), afirma que “[...] o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 1998, p.12). Nesse sentido, a teoria Marxiana se conecta em nosso artigo, pois estaria a defender que a função do Estado é defender os interesses das classes dominantes por meio dos sistemas regulamentares.

A autora Charlini Sevim (2010) nos direciona sobre a importância da política em nossa sociedade afirmando que, apesar de a política fazer parte do cotidiano permeando todas as nossas relações sociais, a sociedade brasileira, por vezes, insiste em negá-la. Partindo desse princípio, podemos refutar e analisar que os interesses de toda a população não é o mesmo,

afinal, pensando na grandeza do território em que vivemos, principalmente na população brasileira, somos divididos em classes sociais. Como afirmado por Marx “[...] a história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes” (MARX; 1996, p. 66).

Sendo assim, torna-se necessário analisar como o Estado é visto nos dias atuais, partindo de uma ideologia neoliberal. O neoliberalismo econômico de nossos dias adota pontos de vista políticos que em sua grande parte foram formados pelos conservadores do século XIX.

Em síntese, Sebim (2010) discorre que, o Estado Neoliberal prega a não interferência do Estado na sociedade, porém prevê sua máxima interferência na economia, financiando o setor privado por meio de subvenções fiscais, privatizações de estatais, transferindo verbas públicas a empresas privadas, como na educação; além disso, se baseia em um novo modo de produção, conhecido como reestruturação produtiva ou toyotismo (SEBIM, 2010). Assim, relacionando o Estado neoliberal e a educação, é possível analisar como a economia, moldada na sociedade capitalista, se relaciona como uma forma de promover o desenvolvimento do currículo proposto dentro das escolas a fim de que os estudantes sejam responsáveis por definir seu futuro por meio de ofertas em disciplinas técnicas profissionalizantes. A função social da escola também atravessa interesses das classes sociais, considerando essa função na sociedade capitalista, entende-se que a transmissão dos conhecimentos cumpre a função de manter a hegemonia das classes dominantes. Por fim, percebemos como a educação é vista como fonte de investimento, sobretudo na educação privada dos indivíduos como forma de lucro para os investidores, a partir do modelo neoliberal.

## **A PROPOSTA CURRICULAR NO NOVO ENSINO MÉDIO**

A partir da pergunta principal proposta nesta pesquisa a respeito do novo modelo curricular do Ensino Médio, foi possível estabelecer como a história desse documento se faz presente e fortalece o desenvolvimento do ambiente escolar.

A origem do currículo a partir de Bobbitt (1918), em seu livro *The Curriculum*, publicado em 1918, nos EUA, tinha como objetivo alcançar a eficiência na administração escolar a partir do planejamento do currículo - trazendo as técnicas do mundo empresarial, marcado pela lógica do modelo de produção, a partir da Revolução Industrial, Taylorista-fordista, para o ambiente escolar. Na visão do autor, o discente era entendido como um produto a ser moldado pelo

currículo, de maneira a garantir sua formação eficiente para o modelo produtivo. Este modelo pode ser entendido como uma adequação na educação, a partir dos interesses da sociedade, fazendo com que esses alunos se tornassem controlados pelo trabalho docente e na administração escolar.

A partir disso, é necessário observar as três teorias do currículo: teoria tradicional do currículo, teoria crítica do currículo e a teoria pós crítica do currículo. Essas teorias abordam a história do currículo e suas características, a partir de diferentes contextos históricos (SILVA, 1999).

Tabela 1- TEORIAS DO CURRÍCULO

| TEORIA DO CURRÍCULO | CARACTERÍSTICAS  | CONCEITOS ASSOCIADOS   |
|---------------------|--|--|
| TRADICIONAL         | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ensino; Aprendizagem e Avaliação</li> <li>● Metodologia; Didática</li> <li>● Organização, Planejamento</li> <li>● Eficiência; Objetivos</li> </ul>  | Nessa teoria são valorizadas as atividades teóricas ou práticas de raciocinar a partir da natureza, da hereditariedade, das etnias, dos dons, da escola, do currículo. Considera que a razão e o pensamento são as únicas fontes de conhecimento. Conhecimento que se dá a partir da repetição exaustiva e memorização, métodos baseados em aulas expositivas, sem interesse na autonomia dos educandos. |
| CRÍTICA             | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ideologia</li> <li>● Reprodução cultural e social</li> <li>● Poder</li> <li>● Classe social; Capitalismo</li> <li>● Relações sociais de produção</li> <li>● Conscientização</li> <li>● Emancipação e libertação</li> <li>● Currículo oculto; Resistência</li> </ul> | Na teoria crítica é possível refletir em que maneira a educação contribui para a formação de uma sociedade mais igualitária. A escola observa o aluno adequando suas necessidades e particularidades ao contexto social em que está inserido.  |



|                               |   |   |
|-------------------------------|---|---|
| <p>TEORIA<br/>PÓS-CRÍTICA</p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>● Identidade, Alteridade, Diferença</li> <li>● Subjetividade</li> <li>● Significação e Discurso, Saber-Poder</li> <li>● Representação; Cultura</li> <li>● Gênero, etnia, sexualidade</li> <li>● Multiculturalismo</li> </ul> | <p>Nessa teoria, as práticas pedagógicas permitem que a escola, o docente, o discente, a comunidade, entre outros envolvidos ao processo educativo, assimilem os conhecimentos em uma relação de construção e interação. Com isso, é possível articular os conteúdos separados, entendendo que a ideia de conhecimento está nas interações e descobertas relacionadas às exigências da vida social.</p> |
|-------------------------------|---|---|

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Relacionando essas teorias com o novo currículo do ensino médio é necessário analisar o que foi alterado a partir da Lei nº 13.415/2017 em comparação com a Lei de Diretrizes e Bases e da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. Nesse sentido, a lei de 2017 explicita que:

[...] mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2016).

Diante do argumento supracitado, foi possível analisar que o foco principal desse novo modelo é a educação técnica e profissional, movendo os educandos para práticas de acordo com as decisões de oferta que o currículo oferece. É possível observar que o currículo continua seguindo o mesmo caminho desde suas primeiras teorias, visualizando o indivíduo a partir de um perfil profissional com o pensamento de que o currículo existe para atender às finalidades sociais do modelo socioeconômico de Estado, associado a um valor de produtividade dominante. Sendo assim, vê-se que o currículo é a identidade principal da escola para a formação dos cidadãos que vão viver em sociedade.

## **PENSAMENTO CRÍTICO E O AMBIENTE ESCOLAR**



Articulando as ideias do currículo como um documento principal para a identidade da escola, acredita-se que os alunos são baseados de acordo com o mesmo. Após entender como os documentos oficiais elaboraram a nova proposta de modelo do ensino médio, que, em síntese, ocorreram por modificações do currículo determinadas pela Lei no 13.415/17, o autor Paulo Hernandes (2020) dispõe que:

De acordo com a lei, as escolas deverão ampliar a carga horária de 800 horas anuais para 1.000 horas, em um tempo de transição de cinco anos, contados a partir de março de 2017. Progressivamente, deverão oferecer 1.400 horas anuais de carga horária, tornando-se escolas de tempo integral. A Lei no 13.415 (BRASIL, 2017) estabeleceu, como inovação, nova composição para o currículo: parte deve ser destinada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no máximo 1.800 horas para sua integralização, e a outra parte para itinerários formativos, com cinco arranjos curriculares. A intenção é flexibilizar parte do currículo do Ensino Médio com caminhos formativos à escolha dos estudantes, dependendo das possibilidades de oferta dos sistemas de ensino (HERNANDES, 2020, p. 580).

Os documentos de 2016 foram formulados sob a perspectiva de prioridade na aprendizagem, contrariando a Pedagogia Crítica que embasa seus critérios em uma relação dialética. A mesma se desenvolve a partir do pensamento crítico e autônomo a partir do ensino-aprendizagem entre discentes e docentes. Dessa forma, questionamos como essa proposta interfere no desmonte de algumas disciplinas, principalmente as relacionadas às ciências humanas, matérias de suma importância para a elaboração do pensamento crítico de todos os educandos.

Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 1994, p. 24).

Na sociedade capitalista, torna-se benéfico que esses discentes não se apropriem de matérias que os tornam seres pensantes, pois assim como dispõe PETERLE (2010, p.108) "[...] manter a classe dominada na ignorância constitui uma estratégia para a manutenção da dominação". Com isso, afirmamos que essas mudanças na educação são proporcionadas através de políticas neoliberais, modificando toda a forma de como uma sociedade vai ser estruturada, isto é, quem vai ser empresário ou empregado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola é um ambiente diversificado e múltiplo, existem diversas escolhas e subjetividades, os indivíduos ali inseridos são fontes de todos os deveres políticos e governamentais decididos pelo Estado, torna-se consistente falarmos de políticas na educação e não vinculá-las ao Estado, e apesar de sermos permeados pela política em todo nosso meio social, o imaginário social brasileiro insiste em negá-las. Diante desses argumentos, é possível perceber que somos indivíduos moldados por todas as decisões políticas e sociais impostas pelo currículo.

A escola é precarizada, pela falta de investimento, infraestrutura e, além disso, existe uma grande desvalorização dos educadores com a procedência de baixos salários e o baixo reconhecimento social. A autora Rosangela Wuo (2010) articula que esse investimento deveria ser gerado para melhoria da estrutura física e materiais que auxiliam os professores para melhor condução em sua docência em sala de aula. O Estado vê a educação como uma fonte de renda, porém o que realmente precisa é de investimento.

Nesse sentido, a reforma do novo ensino médio brasileiro promovida em 2017 se constrói por discursos que admitem que a educação é a fonte de investimento para o trabalho, analisando, assim, como essa reforma considera a escola como um espaço de preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Dessa forma, a carga horária ampliada no novo ensino médio com ideais técnico-profissionais é definida a partir de conhecimentos imediatos, breves e treinamentos emergenciais para atender ao mercado.

Em uma sociedade neoliberal, onde é existente o desemprego estrutural, a busca pelo trabalho e as dificuldades de conciliá-los com os estudos são estruturados por desigualdades que estão presentes em nosso meio. Diante disso, pensando em um currículo que agrade o sistema empresarial, para que se promova mão de obra barata, a escola visa formar cidadãos com competências técnicas imediatas, sem um conhecimento crítico. Assim, é preciso compreender a necessidade de os indivíduos terem um futuro efetivo, ressaltando a importância da escola no papel de desenvolvimento profissional que possa auxiliar na construção de uma sociedade mais humanitária através de uma formação ética.

Assim, a partir de artigos analisados, é possível concluir que as parcerias público-privadas estimuladas pela Reforma do Estado abriram nichos de mercado para as iniciativas empresariais na Educação; dessa forma, parte da educação formal passou a ser voltada para o

sistema capitalista, proporcionando que a escola seja vista como mercadoria para o Estado investidor com um pensamento empresarial focado na busca de resultados com intuito de benefícios próprios.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

**BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996.

**BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.** Disponível em: .Acesso em: 5 julho de 2022.

**FERETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.** Scielo Brasil, [S. l.], p. 1-10, 21 mar. 2018.

**FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. Ensino médio integrado: concepções e contradição.** São Paulo: Cortez, 2005.

**HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. A Lei no 13.415, [s. l.], 14 abr. 2020.**

**MARX, Karl. O capital: crítica da economia política.** 18ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

**MORAES, Reginaldo C. NEOLIBERALISMO- DE ONDE VEM, PARA ONDE VAI?.** Editora Senac, [S. l.], p. 1-83, 27 jul. 2022.

**MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.) Currículo: pensar, sentir e diferir.** Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

**NOVO Ensino Médio - perguntas e respostas.** [S. l.], 24 ago. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 5 jul. 2022.

**PETERLE, Claudia Fernandes. A ESCOLA ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA SUPERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CAPITALISTA.** Em discussão o Ensino Médio integrado e a educação profissional , [S. l.], p. 108, 22 jul. 2010.

**SACRAMENTO, WEVERTON RIBEIRO. TEMAS TRANSVERSAIS NO CURRÍCULO INTEGRADO. Em discussão o Ensino Médio integrado e a educação profissional , [S. l.], p. 119, 22 maio 2010.**

SERLIM, Charlini Contarato. **POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.** Em discussão o Ensino Médio integrado e a educação profissional, [S. l.], p. 103, 22 jul. 2010.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **ESTADO, CAPITAL E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE HEGEMONIA E REDES DE GOVERNANÇA.** Revista Educação e Fronteiras On-Line, [S. l.], p. 31, 16 ago. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2. ed., 10ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SIMÕES, Everaldo. **CONSIDERAÇÕES SOBRE CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO.** Em discussão o Ensino Médio integrado e a educação profissional, [S. l.], p. 112, 22 jun. 2010.

TRASSI, Maria Dorotéa. **Em Questão A Elaboração da proposta curricular - idas e vindas.** Em discussão o Ensino Médio integrado e a educação profissional, [S. l.], p. 114, 22 jun. 2010.